



UMA DISCUSSÃO ACERCA DA PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS DE INTERVENÇÃO URBANA: O caso do Pau Miúdo, em Salvador.

Autores:

Maria Carolina Maziviero - Universidade Federal do Paraná - mcarolmazi@hotmail.com

Eneida de Almeida - Universidade São Judas Tadeu/SP - eneida.almeida@gmail.com

Luis Octavio de Faria e Silva - Universidade São Judas Tadeu/SP - lifariaesilva@gmail.com

Resumo:

O artigo apresenta relato sobre a transformação da paisagem urbana a partir de registros de levantamento do Brongo do Pau Miúdo, em Salvador, por parte do arquiteto Sylvio Sawaya, revisitado em oficina realizada no V Enanparq - Salvador, 2018. Trata-se de uma reflexão sobre formas de pensar os espaços do cotidiano, de modo a incorporá-los no ato de projetar. O levantamento do arquiteto e sua equipe, realizado nos anos 1980, lança mão de procedimentos ortodoxos, mas desenvolve, ao longo do processo, métodos para precisar e sintetizar a compreensão da realidade. As conversas que estabeleceram com os moradores colocaram em questão as ações urbanizadoras e os meios de representação. O artigo está organizado em três partes: i) uma contextualização do processo nos anos 1980; ii) uma análise sobre a dimensão participativa no planejamento e no projeto de intervenção urbana em territórios populares; e, iii) uma reflexão sobre o habitar como forma de resistência política. Aborda um processo de intervenção urbana que torne possível a participação direta dos cidadãos na concretização dos planos e na formulação de propostas de solução com maior chance de serem implementadas.

UMA DISCUSSÃO ACERCA DA PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS DE INTERVENÇÃO URBANA:

O caso do Pau Miúdo, em Salvador.

RESUMO

O artigo apresenta um relato sobre a transformação da paisagem urbana a partir de registros de levantamento do Brongo do Pau Miúdo, em Salvador, por parte do arquiteto Sylvio Sawaya, revisitado em oficina realizada no V Enanparq – Salvador, 2018. Trata-se de uma reflexão sobre formas de pensar os espaços do cotidiano, de modo a incorporá-los no ato de projetar. O levantamento do arquiteto e sua equipe, realizado nos anos 1980, lança mão de procedimentos ortodoxos, mas desenvolve, ao longo do processo, métodos para precisar e sintetizar a compreensão da realidade. As conversas que estabeleceram, naquele período, com os moradores colocaram em questão as ações urbanizadoras de então e, de certa maneira, os meios de representação tradicionais de levantamento. Assim, o artigo está organizado em três partes, a saber: i) uma contextualização do processo nos anos 1980; ii) uma análise sobre a dimensão participativa no planejamento e no projeto de intervenção urbana em territórios populares; e, iii) uma reflexão sobre o habitar como forma de resistência política, a partir do antropólogo italiano Franco La Cecla. O artigo, portanto, aborda um processo de intervenção urbana que torne possível a participação direta dos cidadãos na concretização dos planos e na formulação de propostas de solução com maior chance de serem implementadas, na medida em que a equipe técnica é conduzida por arranjos espaciais com os quais a população já tem alguma vivência.

Palavras-chave: Projeto de intervenção urbana. Processos participativos. Construção coletiva da cidade.

E O QUE VAMOS FAZER COM NOSSOS BÊBADOS?

Essa pergunta foi apresentada ao arquiteto Sylvio Sawaya, segundo depoimento aos autores, quando, durante o período de um levantamento do Brongo do Pau Miúdo¹- trecho

¹ Entre as Unidades Espaciais resultantes da divisão para o planejamento de Salvador de então está a Liberdade, com grande concentração de bairros com população de baixa renda. Dentre estes, há o bairro chamado de Pau Miúdo, cuja parte setentrional, em função de corresponder a uma gruta e por sua precariedade quanto à infraestrutura, era chamada de Brongo do Pau Miúdo, denominação hoje abandonada, possivelmente pela conotação pejorativa que se atribuiu desde então ao termo *Brongo*, referindo-se atualmente ao conjunto do bairro como simplesmente Pau Miúdo. *Brongo* pode ser definido como uma gruta profunda ou como área urbana pouco desenvolvida.

de bairro na cidade de Salvador, debatia-se a renovação das escadarias nas ladeiras dali, em que se defendia no âmbito do Poder Público um desenho visto como racional, articulando circulação e drenagem, com geometria facilitadora de produção, montagem e manutenção de peças pré-moldadas para novas escadas a serem implantadas em grande escala, algo compatível com o que se observava como desafio quanto ao acesso dos bairros de baixa renda de Salvador. Estava em discussão a importante experiência liderada pelo arquiteto João Filgueiras Lima, o Lelé, na Companhia de Renovação Urbana de Salvador (RENURB), como expõe Ekerman, ao evidenciar uma interpretação pertinente

“(...) da geografia da cidade ao projetar pensando em suas encostas e vales, ocupados de forma irregular em áreas pobres como o Vale do Rio Camurujipe e o Nordeste de Amaralina. Visando suplantar os desafios técnicos da execução de obras em áreas de difícil acesso, seus projetos utilizaram-se da tecnologia da argamassa armada, para viabilizar, dentre outros objetivos, o emprego de uma mão de obra com treinamento básico, muitas vezes com moradores dos próprios bairros. Embora [a atuação do arquiteto Lelé tivesse sido] inicialmente pensada para implantar o projeto de Transportes Urbanos de Salvador (TRANSCOL), (...) sua atuação [foi intensa] no campo do saneamento básico e do mobiliário urbano, ao concentrar-se no desenho de canais de drenagem que pudessem resolver problemas de alagamentos nos fundos de vale, de forma complementar a sistemas de contenção de encosta e micro drenagem, com escadarias drenantes que também abordavam a questão da acessibilidade a áreas complexas”. (EKERMAN, 2017, p.36)

A inquietação dos moradores das ladeiras mostra como a forma então existente nas escadas esculpidas no terreno, com degraus de pisos em geral longos e sem ritmo regular, numa geometria caótica segundo um olhar educado pela Academia (e com evidentes e importantes questões relacionadas ao manejo das águas pluviais a serem resolvidas), ia ao encontro de dinâmicas próprias da comunidade que se utilizava daqueles caminhos: os bêbados, parentes ou conhecidos da comunidade, que ali passavam, na pior das hipóteses, ao se desequilibrar, levariam um tombo pequeno, acomodando-se em algum dos patamares irregulares que evitavam assim uma queda vertiginosa que se anunciava com as escadas regulares e geometricamente irrepreensíveis que estavam sendo desenvolvidas para aquelas áreas de encostas com ocupação precária.

A inquestionável capacidade técnica da equipe da RENURB de então teria recebido insumos importantes caso interações com os moradores dos bairros como o Pau Miúdo e tantos outros no Vale do Camurujipe tivessem sido levadas adiante (o levantamento do Brongo do Pau Miúdo foi interrompido e desconsiderado, segundo afirmação recente de participantes da equipe). Ajustes e variações poderiam ter sido pensados em uma participação mais abrangente, algo que não se efetivou em função de inúmeras condicionantes. Adotando a perspectiva da flexibilidade como princípio, o projeto das passarelas realizadas posteriormente em Salvador foi menos controverso.

Figura 1: Ladeira no Brongo do Pau Miúdo, foto realizada durante o levantamento por parte de equipe coordenada pelo arquiteto Sylvio Sawaya (acervo do arquiteto Sylvio Sawaya)



A regularidade e uniformidade no desenho dos degraus e no posicionamento dos patamares, paradoxalmente, se apresentava, no caso acima relatado, como indutora de risco, entendimento que podemos ampliar de forma geral para as ações na cidade abduzida pela dinâmica dita modernizadora, para o urbanismo modernista, a ponto de haver quem se perguntasse:

“Será que as cidades não chegaram ao fim de sua contribuição útil para o bem-estar do mundo, e deveremos permitir que se dispersem, se dissolvam ou sejam implodidas - ou sigam no processo de decomposição pelo qual parecem estar passando com a ajuda do shopping-center, do parque de diversões, das sedes de empresas não mais urbanas e da simulação pelo computador? Seja lá o que venha a acontecer com as capitais do mundo, não podemos contar com uma dissolução iminente. A globalização trouxe consigo outra forma de densidade e concentração urbana (...) [mas] a cidade é uma parte preciosa, essencial e inalienável das realizações humanas (...)”.

(RYKWERT, 2004, p.26)

O levantamento realizado no Brongo do Pau Miúdo por parte de equipe coordenada pelo arquiteto Sylvio Sawaya e que se depara com as contradições acima reveladas se deu de maneira curiosa. O coordenador da equipe fora contratado pelo OCEPLAN (Órgão Central de Planejamento), escritório público de projetos de Salvador que sucedera na década de 1980 o emblemático escritório dos anos 1940/50, conhecido pelo projeto das avenidas de fundo de vale e de escolas que irão, a partir de então, servir de base para a ideia de escolas-parque no Brasil. No âmbito da discussão do OCEPLAN sobre a divisão da cidade, para efeito de planejamento e gestão, nas que foram chamadas Unidades Espaciais, Sawaya e sua equipe decidiram empreender uma verificação da pertinência dos perímetros propostos, no sentido

de observar a relação destes com a especialização das comunidades locais. A discussão proposta pelo levantamento era a da dimensão territorial ou espacial de uma comunidade, mais evidente em situações em que dinâmicas tradicionais de ocupação não estivessem perdidas, ao menos completamente.

Figura 2: Mapa com Divisão da cidade de Salvador em Unidades Espaciais (acervo do arquiteto Sylvio Sawaya) – destaque dos autores

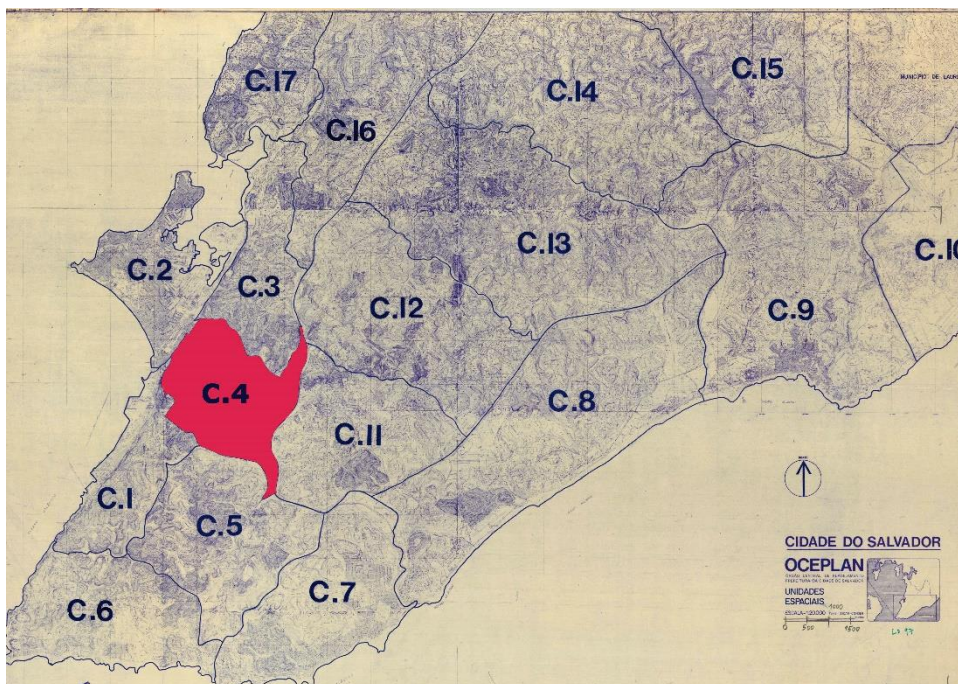
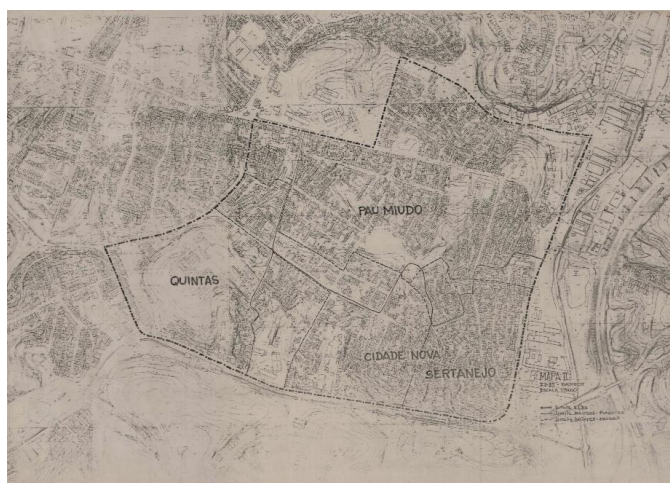
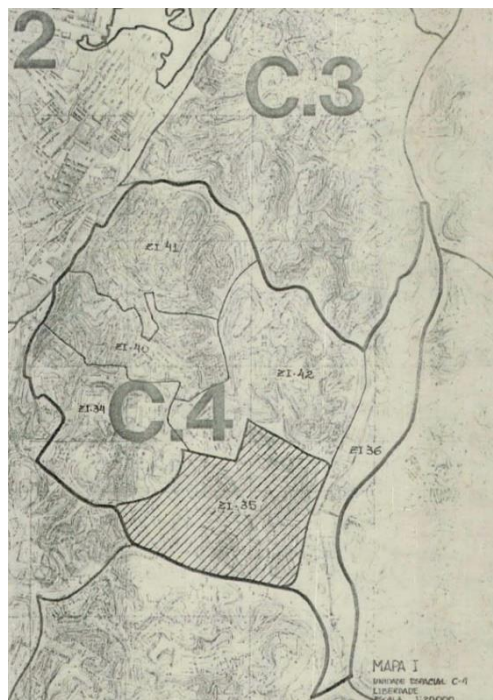


Figura 3: Mapa da Unidade Espacial da Liberdade, com destaque para o bairro do Pau Miúdo e adjacências (acervo do arquiteto Sylvio Sawaya)



Figuras 4: Bairro do Pau Miúdo e adjacências (acervo do arquiteto Sylvio Sawaya)



A decisão por investigar o Pau Miúdo se deu a partir de caminhadas pela região da Liberdade, importante concentração de população de baixa renda de Salvador, cidade que, depois de um período de relativa estagnação quanto ao crescimento econômico e populacional, na primeira metade do século XX, vinha crescendo com vigor e mostrava uma transformação urbana, em consonância com a afirmação de Joseph Rykwert, no livro *A Sedução do Lugar: A História e o Futuro da Cidade* de que:

“Duas imensas ondas de populações rurais miseráveis se abateram sucessivamente sobre as cidades do mundo, inundando e inchando o tecido urbano quase até o ponto de ruptura. Foi a primeira dessas ondas, de fins do século XVIII a inícios do XIX, que deu forma para o tecido urbano que conhecemos. A onda recente e muito maior que tomou impulso em meados do século XX, ainda não se abateu: estamos nos debatendo nela e ainda não conseguimos distinguir suas modalidades e avaliar seu impacto com acuidade”. (RYKWERT, 2004, p.27)

Nas cidades brasileiras, a partir dessa onda de ocupação durante o século XX acima referida, pode-se reconhecer:

“É nas áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário privado e nas áreas públicas, situadas em regiões desvalorizadas, que a população trabalhadora pobre vai se instalar: beira de córregos, encostas dos morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de riscos, regiões poluídas, ou... áreas de proteção ambiental (onde a vigência de legislação de proteção e a

ausência de fiscalização definem a desvalorização)". (MARICATO, 2003, p.157)

A cidade de Salvador via, sobretudo desde os anos 1970, seus morros de bordas abruptas serem ocupados com grande rapidez. A lógica seguia, de certa maneira, o procedimento tradicional de caminhos no dorso seco dos morros, a partir do qual a ocupação se dava em ladeiras que eram consolidadas e mantidas pelos moradores, sem a presença do Poder Público, que depois chegava com a implantação de equipamentos e algumas redes de infraestrutura, num processo descrito por Ermínia Maricato, ao tratar das cidades brasileiras, como um crescimento sem Estado e sem Mercado:

“É notável a tolerância que o Estado brasileiro tem manifestado em relação às ocupações ilegais de terra urbana. Esse processo é significativo em suas dimensões, se levarmos em conta, especialmente, a grande massa de migrantes que rumou para as cidades neste século e que se instalou ilegalmente, já que não teve acesso ao mercado imobiliário privado e nem foi atendida pelas políticas públicas de habitação. Aparentemente constata-se que é admitido o direito à ocupação mas não o direito à cidade”. (MARICATO, 2003, p.154)

Nos anos 1940/50, ações transformadoras da cidade de Salvador passam a contar com técnicos cuja formação congrega

“(...) profissionais [que] (...) tinham afiado suas ideias e desenvolvido suas propostas durante o período entre-guerras, e muitos deles haviam passado o conflito se preparando para lidar com suas consequências. Acreditavam que, das cinzas das terríveis ruínas, iriam surgir cidades racionalmente planejadas e projetadas do nada para uma nova civilização (...). Tais profissionais eram vistos como os pioneiros de um mundo novo e melhor, seu trabalho iria ter por base levantamentos estatísticos e eficiência técnica”. (RYKWERT, 2004, p. 3)

Exemplar nesse sentido é o desenvolvimento, naquelas décadas de 1940/50, de projetos de avenidas em Salvador, idealizadas por Mário Leal, que resultaram em uma inversão da lógica de ocupação até então vigente com vias principais nas cumeadas, algo que se refletia na estrutura da territorialização das comunidades soteropolitanas, em geral organizadas a partir de ladeiras, travessas daqueles caminhos antigos nos topos de colinas e morros.

No levantamento do Brongo do Pau Miúdo sobre o qual aqui se debruça, empreendido na década de 1980, resquícios dessa forma de ocupação original eram visíveis, com as cumeadas habitadas por aqueles de renda maior e ladeiras que a partir delas se lançavam para os fundos dos vales como espaço compartilhado pelas famílias de baixa renda.

Figura 5: Pau Miúdo e adjacências – evolução urbana (acervo do arquiteto Sylvio Sawaya)



Figura 6: Pau Miúdo e adjacências – localização de comércio, serviços e instituições (acervo do arquiteto Sylvio Sawaya)

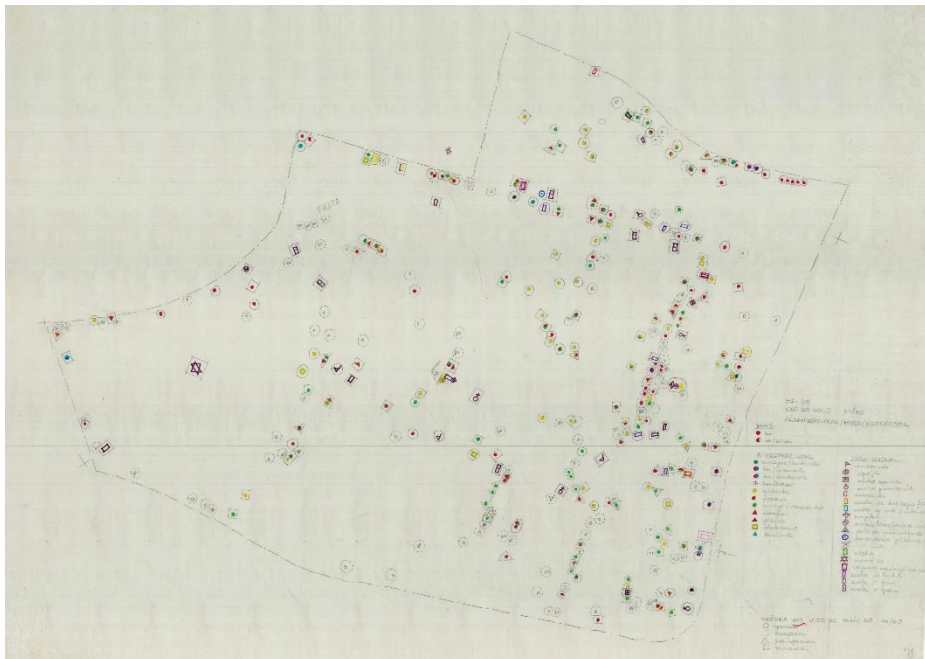
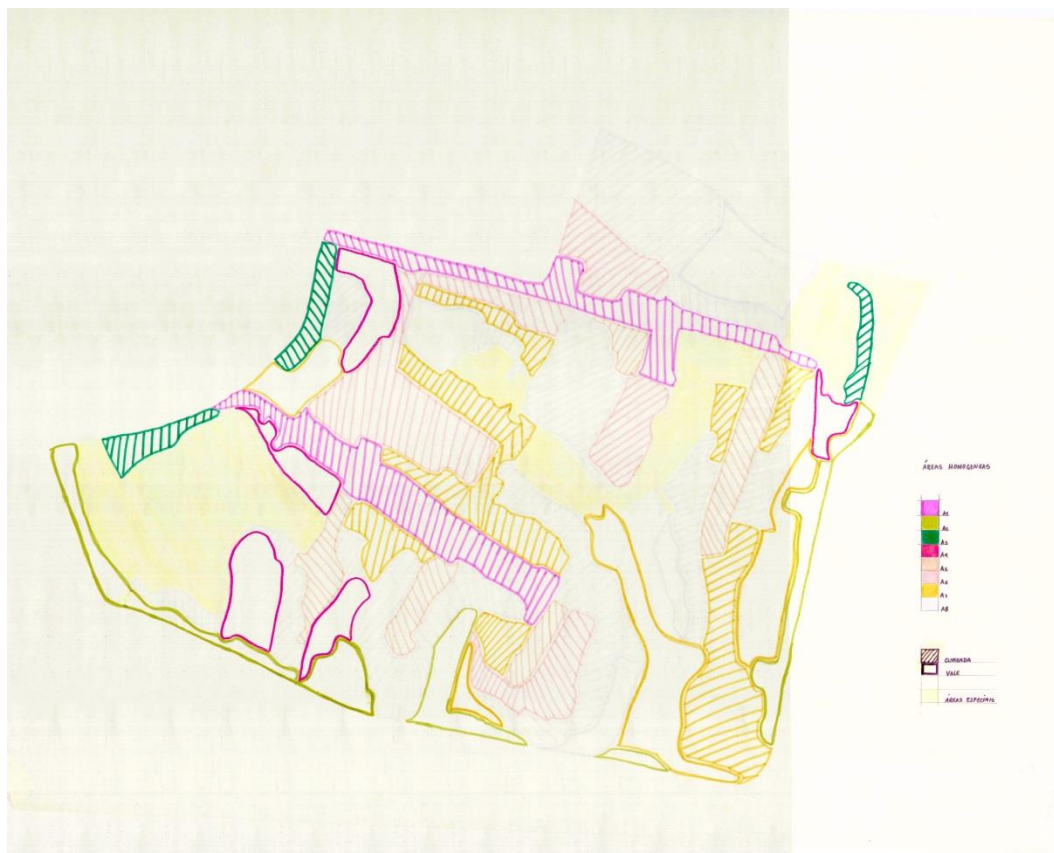


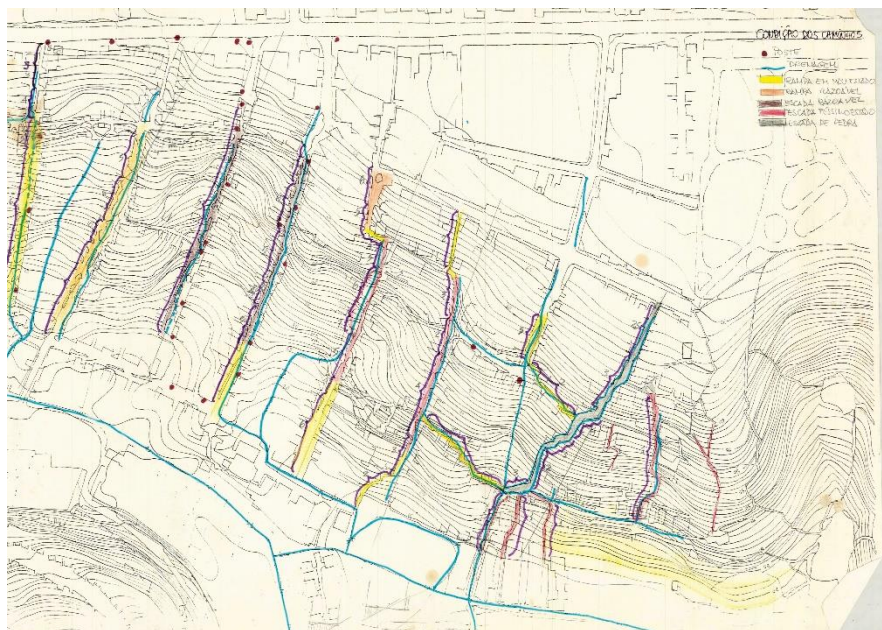
Figura 7: Mapa com indicação de áreas com certa homogeneidade no Pau Miúdo, explicitando a busca de classificações não convencionais (acervo do arquiteto Sylvio Sawaya)



Essas ladeiras ali encontradas, frequentemente pronunciadas, representavam os espaços comunitários e o seu levantamento acabou por resultar em uma verificação da participação popular que se realizava ao longo do tempo quanto à acomodação e desenho dos espaços públicos nelas efetivados.

Essa verificação colocou a luz em sinais da experiência cotidiana. Os espaços públicos, ligação entre as casas, mostraram-se muito frequentados, parte integrante da dinâmica da comunidade, lugar onde a vida se apresentava plena. Intrinsecamente relacionados com os espaços internos das moradias contíguas, aqueles caminhos, não exclusivamente, mas de forma geral em ladeiras, já eram na ocasião, sonorizados por rádios e toca-fitas de moradores locais, demonstrando essa intersecção doméstico/público no cotidiano.

Figura 8: Condição dos caminhos no Brongo do Pau Miúdo (acervo do arquiteto Sylvio Sawaya)



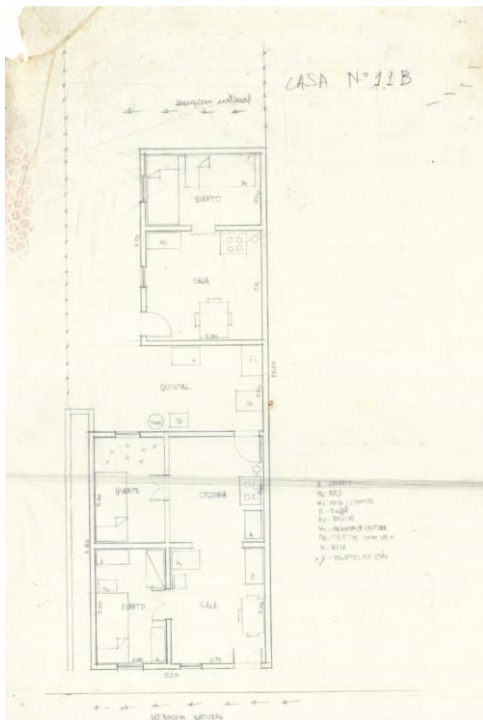
A experiência do levantamento do Brongo do Pau Miúdo fez com que o arquiteto Sylvio Sawaya, como já mencionado na condição de coordenador da equipe, despertasse para a visão dessa vida plena que ali se desenrolava, fenômeno não reconhecido por projetos como os das persistentes avenidas modernistas, iniciadas a partir das visões capitaneadas por Mário Leal.

Na observação dos ritmos e ajustes produzidos nos espaços públicos do Brongo do Pau Miúdo, evidenciou-se que existia nesta ocupação (e em ocupações congêneres) uma organização e formas de apropriação específicas - daí a conclusão de que negar a existência dessas linguagens antropológicas próprias resultaria em desequilíbrios diversos.

Figura 10: Mapa com indicação de divisão do Brongo do Pau Miúdo para efeito de sua compreensão, com indicação de casas que tiveram levantamento de medidas (acervo do arquiteto Sylvio Sawaya)



Figura 11: Levantamento de residência no Brongo (acervo do arquiteto Sylvio Sawaya)



Percebe-se, assim, a defesa do respeito às preexistências. Em função de deslizamentos ocorridos, uma observação dos chamados “bairros Cota”, ocupações nas escarpas da Serra do Mar, próximos a Cubatão, no litoral paulista, no centro de debate iniciado a partir de desastres ambientais sobre a preservação da mata, aglomerações humanas com condições comparáveis aos casos acima apontados, trouxe à tona reflexões semelhantes.

Em outras palavras, o levantamento do Brongo do Pau Miúdo baseia-se em referências relacionadas à presença e participação da população na urbanização do lugar. Fica claro, assim, que há dinâmicas a serem respeitadas em comunidades como a do Pau Miúdo quando de ações urbanísticas que nelas reverberam. Há uma escuta necessária para entender o que a população tem a dizer.

A agenda atual dos intensos movimentos de moradia, no entanto, está muito focada na produção de conjuntos de habitação de interesse social (há exceções importantes como o MDF - Movimento de Defesa da Favela, surgido na Zona Leste paulistana no final da década de 1970²), e nela pouco tem sido levantada a bandeira do cuidado com os bairros com precariedades onde vivem as comunidades de baixa renda, sejam favelas ou áreas regularizadas sem uma urbanização efetiva.

Para esses bairros, ações são empreendidas de acordo com teorias, regras, modelos que são invariavelmente estrangeiros ao que se percebe através de conversas naqueles lugares, procedimentos embasados em um conhecimento técnico-científico hegemônico, algo distante da experiência vivida pelos habitantes.

No ambiente universitário, que nutre frequentemente as ações transformadoras dotadas de linguagens pré-codificadas, estudam-se arranjos hierárquicos convocados *a priori*. No lugar da atenção a uma linguagem local a ser respeitada, a uma experiência vivida, utiliza-se como prerrogativa, por exemplo, uma hierarquia que, no processo, busca afirmar a si mesma, quando o razoável seria aproximar-se sem hierarquia prévia e descobrir a lógica existente no entrelaçamento entre o lugar e a vivência cotidiana, nas relações de identidade e pertencimento. O que podemos reconhecer como um conhecimento sensível é, nesse sentido, muito mais central do que o caráter prescritivo e regulador de um urbanismo interessado em separar, controlar e padronizar formas de ocupação, alheio às experiências específicas. É nesse sentido que cartografias afetivas e sociais têm surgido como ferramentas de resistência, apropriação e coprodução do espaço urbano.

Não se trata de anticientificismo, mas de propor uma atitude propensa à observação e leitura das contradições da cidade, disposta a rever uma linguagem que se vê estabelecida para constituir o urbano de modo impositivo. Percebe-se, de forma geral, uma monotonia resultante de uma atitude baseada fundamentalmente na quantificação, que sempre corre o risco de se tornar doutrinária.

“A cidade atual é uma cidade de contradições; ela abriga muitas *ethnes*, muitas culturas e classes, muitas religiões. Essa cidade moderna é fragmentária demais, está cheia demais de contrastes e conflitos:

² <https://www.mdf.org.br/historia>

consequentemente, ela tem muitas faces, não uma única apenas. É a própria condição de abertura que torna nossa cidade de conflitos tão convidativa e atraente para sua crescente multidão de habitantes. A falta de uma imagem coerente e explícita pode, em nossas circunstâncias, ser uma virtude positiva, nunca um defeito ou mesmo um problema.” (RYKWERT, 2004, p.8)

Um exemplo do risco de simplificação excessiva é a velha questão da circulação na cidade, renomeada de mobilidade, com ênfase nas questões do tráfego e dos deslocamentos não só de pessoas, mas também de mercadorias, verdade recente inaugurada, podemos dizer, com Cerdá, numa atitude que não nos deixa perceber a ocupação ancorada no presente como ele é.

“Cerdá introduziu noções que eram relativamente novidades: o planejamento - assim como, posteriormente, a arquitetura - deveria ser visto como uma atividade científica; a solução de problemas era tarefa essencial dos urbanistas e arquitetos. (...) A preocupação de Cerdá com as comunicações futuras apontava para um problema urgente e atual: o trânsito”. (RYKWERT, 2004, p.127)

Outra questão que leva a ações contraproducentes é a da tendência de achar que as coisas devem acontecer no tempo de nossa vida, sendo que há um tempo da vida social, ou seja, um outro tempo que se descortina quando percebemos a substituição contínua das pessoas por seus sucedâneos.

O Plano de Avenidas de Salvador, resultado das reflexões encabeçadas por Mário Leal desde a década de 1940, foi um Plano Modernista, assim como muitas ações que se sucederam na capital baiana, sobretudo no século XX. Com a aplicação daquele Plano, o avesso da cidade ficou à mostra. Por que terá sido vencedora essa decisão política? Como interpretar essas propostas no âmbito do que pretendemos como a construção de uma civilização brasileira?

No Brasil, que é uma conquista gradual e não um conjunto de dados, o Liberalismo tem gerado muitas propostas, entre as quais aquelas que fizeram com que as elites de Salvador, que já compartilharam os espaços com as famílias de baixa renda, reagissem diante do crescimento da cidade de maneira a negar a continuidade do espaço. O crescimento exponencial urbano e a apropriação dos espaços livres foram entendidos a partir da chave do Liberalismo e houve a decisão em favor da segregação: o *continuum* representado pelo construído e o seu entorno tem sido, assim, sistematicamente negado.

Dizer que a cidade do século XIX era confusa, congestionada e insalubre, além de perigosa, é uma banalidade. A ação para remediar os seus defeitos era constantemente obstruída por uma crença liberal implícita no valor da livre circulação do dinheiro e no funcionamento, em última instância, benevolente e ‘natural’, do desenvolvimento industrial (RYKWERT, 2004, p. 98).

RESISTÊNCIAS LOCAIS E UMA CARTOGRAFIA SOCIAL

Refletir sobre a dimensão participativa no planejamento e no projeto de intervenção urbana em territórios populares exige pensar a partir de dinâmicas já estabelecidas e em andamento. Nesse processo, mecanismos de ação direta não previstos no aparato estatal, inauguram novas técnicas e procedimentos que podem expandir o processo de elaboração e implementação de planos e políticas públicas a partir de uma abordagem mais humanista e mais aderente ao local.

É enriquecedor compreender a produção da cidade, sobretudo em espaços periféricos, pelo olhar das diversas formas de apropriação do espaço estabelecidas como táticas subversivas ao modelo urbano vigente, que os exclui. As ações periféricas possuem caráter de denúncia social, com tentativa de melhoria de espaços a partir de ideias comunitárias, por processos colaborativos instaurados. Percebe-se que a lógica do comum (DARDOT & LAVAL, 2016), ou do fazer comum, já está presente há muito tempo nos espaços de informalidade e nas periferias, em especial nas estratégias de sobrevivência, nas relações informais de compartilhamento e engenhosidade coletiva. A periferia mostra-se como um campo aberto onde está posta a preexistência de situações de improvisação, com subversão da forma e desvio da função sugerida. No território da ausência, cria-se a partir da recombinação e da reconfiguração dos códigos vigentes, escapando às territorialidades e aproximando-se da ideia de resíduo, tal qual desenvolvida por Lefebvre, como aquele elemento que escapa aos sistemas e que contém o poder criador inesgotável (LEFEBVRE, 1967).

Figura 12: Mapa com indicação da morfologia no Brongo do Pau Miúdo (acervo do arquiteto Sylvio Sawaya)



Em muitos aspectos, as táticas encontradas em territórios populares são respostas para o lento processo de construção da cidade convencional, pois as adaptações ocorrem a

partir da urgência do real com abordagens ágeis e baratas. Em contextos de intensa precarização, exclusão e conflitos relacionados ao meio urbano, são fortalecidas as práticas e modalidades de associação que colocam em pauta, através de suas adaptações no território, a apropriação democrática do espaço na cidade. Explicita-se então um contexto em que diferentes níveis de militância podem ser observados na prática da vida cotidiana.

Mapear colaborativamente uma área, com participação direta da comunidade, coloca o cidadão como elemento central na construção autônoma do urbano a partir do interesse coletivo, das práticas cotidianas, hábitos e costumes daquele grupo social. Neste sentido, mapear a subversão contida nas práticas espaciais cotidianas e compreendê-las como pequenas revoluções no território introduz avanços significativos na conquista do direito à cidade. A prática adotada na oficina realizada no V ENANPARQ e que se debruça sobre um bairro soteropolitano, o Pau Miúdo (especialmente no seu trecho referido por alguns como Brongo do Pau Miúdo) configura-se, portanto, como um esforço coletivo para experimentar um ferramental que dê conta de lidar, na escala local, com questões oriundas de uma escala de planejamento mais ampla, assumindo outras formas de mediação dos novos agentes envolvidos na produção da cidade.

Figura 13: Elevação da Ladeira Osvaldo Gordilho, realizada no levantamento do Brongo do Pau Miúdo (acervo do arquiteto Sylvio Sawaya)



Figuras 14 e 15: Fotos da Ladeira Osvaldo Gordilho - vista de cima e de baixo (acervo do arquiteto Sylvio Sawaya)



A produção de cartografias corresponde à elaboração coletiva de mapas, considerando a dimensão cotidiana e singular dos atores sociais que estão diretamente envolvidos com os territórios representados. Os mapas gerados são produtos de autoria de múltiplos sujeitos e explicitam o espaço da vida cotidiana. Segundo Crampton e Krygier (2008, p. 15), *“mapas são ativos; eles constroem ativamente o conhecimento, exercem poder e podem ser poderosos meios para promover a transformação social”*. Desta forma, ao trabalharem na elaboração dos mapas, os cidadãos envolvidos produzem seu próprio território. Sobre esse aspecto, Gouvêa indica que *“mapas constroem a realidade e não simplesmente a representam, são, portanto, instrumentos de produção da realidade”* (2010, p. 21).

É, portanto, justamente nessa trama que a cartografia social se revela como uma ferramenta poderosa e, ainda, como expressão da construção social do espaço. Como indica Acselrad e Coli (2008), a cartografia social está integrada a um processo de planejamento territorial e tem como proposta construir o território com os atores diretamente envolvidos. Ainda segundo os autores, as primeiras manifestações de mapeamentos sociais no Brasil ocorreram na década 1990, com experiências em comunidades da Amazônia. Essas experimentações envolviam populações tradicionais extrativistas que tinham como proposta a afirmação dos direitos territoriais. Barcelos (2012) também esclarece:

Até o fim dos anos 1980, no Brasil, a cartografia era uma prerrogativa estatal, sendo realizada pelos militares, pelo IBGE, ou por superintendências regionais e estaduais. Na década de 90, há uma *“virada cartográfica”*, com a população se *“automapeando”*, para se reconhecer. A cartografia passa a ser entendida como uma linguagem, logo um campo em disputa, para a construção de visibilidade e direitos, assim ela se torna social. Um exemplo importante é a nova cartografia social da Amazônia (novacartografiasocial.com), combatendo a ideia que há um *“vazio demográfico”* na área, ignorando as múltiplas populações indígenas que habitam lá. (BARCELOS, 2012)

Essa ferramenta tem como principal característica a construção de mapeamentos colaborativos de forma horizontal. Tem como proposta a elaboração de representações gráficas que podem exercer diferentes funções-dispositivo (KASTRUP e BARROS, 2015) e abordar os conflitos recentes de populações e grupos que têm sido colocados à margem da sociedade. Nesse tipo de produção cartográfica emergem diversos elementos e temáticas a

serem incluídos em mapas, tal como a dimensão afetiva, nos quais a experiência de cada morador com o espaço é explicitada. Isso porque a produção cartográfica compõe vários agentes envolvidos na produção e na reprodução da cidade. Nesse sentido, a produção desses mapeamentos ao mesmo tempo em que desestabiliza as representações oficiais, carrega o caráter de reivindicação política e de resistência.

Pensando no planejamento urbano como um processo contínuo que pressupõe atividades preparatórias à deliberação política, com destaque para as etapas prévias de levantamento de dados, o mapeamento colaborativo e a cartografia social tornam-se ferramentas que ampliam o escopo do planejamento urbano tradicional e inserem novos condicionantes concretos que são comumente negligenciados nas propostas participativas tradicionais. A forma participativa comparece com características de colaboração, solidariedade e reunião de saberes interdisciplinares em uma base que, tradicionalmente, é institucionalizada pelo saber técnico oficial.

Sugere-se aqui, portanto, pensar o mapeamento colaborativo e a construção de cartografia social como parte de algumas etapas significativas no processo de planejamento, da escala do plano ao projeto, a saber: i) como parte fundamental para elaboração de um diagnóstico da realidade; ii) como forma de ampliar e melhorar a qualidade da participação popular no processo de tomada de decisão; iii) como ferramenta para legitimar e viabilizar a participação cidadã na implementação dos projetos de intervenção urbana, garantindo maior aderência se construído como projeto coletivo; e iv) como escopo da etapa de monitoramento e avaliação do impacto do plano de ação, estabelecendo uma espécie de controle social.

Ao compreender o território de maneira ampliada, na escala do projeto e do plano, os mapas construídos pelos cidadãos são ferramentas capazes de evidenciar as dinâmicas existentes e, a partir da ação coletiva, fomentar o que de fato são reivindicações relevantes para os grupos envolvidos. Corresponde, assim, a um estilo singular de produção de conhecimento e análise da realidade de um território, e uma ferramenta bastante eficaz para apropriação do espaço. Utilizar essa ferramenta a priori como atividade preparatória, aliando saber popular desde o espaço vivido ao arcabouço técnico, parece imprescindível para requalificar tanto os instrumentos delineados nos Planos Diretores quanto nos planos setoriais.

Outro ponto fundamental é a potência dos mapeamentos colaborativos para despertar o protagonismo cidadão na construção da sua realidade, ao necessitar repensá-la para representá-la. Um dos elementos que difere a cartografia social e o mapeamento colaborativo de outros tipos de mapeamentos é a elaboração de mapas pelos próprios sujeitos que habitam os territórios cartografados. O engajamento alcançado por essa dimensão não hierarquizada e horizontal, promove e fortalece novos lugares de participação no âmbito do planejamento da cidade, construindo um sentido de pertencimento fundamental para viabilizar instrumentos de gestão participativa e controle social em territórios populares.

Esse ferramental evidencia as tensões e as contradições que compõem o território, representadas pelos próprios envolvidos, enfatizando as diferentes dimensões e escalas desses conflitos. Permite, portanto, o acompanhamento de processos dinâmicos da construção da cidade, fundamentais para a construção de indicadores de monitoramento e

avaliação. Kastrup e Barros (2009) indicam que é possível encontrar nos mapeamentos alguns elementos importantes das construções das subjetividades, pois os mapas são construídos caso a caso, ou seja, o método vai se fazendo no acompanhamento da convergência dinâmica do sistema de objetos e do sistema de ações (SANTOS, 2006).

O desafio que está colocado ao planejamento urbano, assim, é incorporar a espacialização do tempo, não o cronológico, mas o tempo vivido, tal qual explicitado por BOLLNOW (1967), para quem os acontecimentos se espacializam na relação espaço/tempo. Faz-se então necessário reconhecer essas espacializações, compreender suas formas, arranjos e significados para depois formular conceitos e parâmetros. Essa estratégia é fundamental, quer seja antes (na etapa de levantamento) ou depois do plano de ação (como etapa de monitoramento) para a efetivação de um processo participativo de fato, que extrapole a fase de consulta pública em momentos pontuais. Assim sendo, este método torna possível a participação direta dos cidadãos na concretização dos planos e na formulação de propostas de solução com maior chance de serem implementadas, na medida em que a equipe técnica é conduzida por arranjos espaciais com os quais a população já tem alguma vivência.

Figuras 16 e 17: Fotos de trecho da Ladeira Osvaldo Gordilho, do levantamento do Brongó do Pau Miúdo (acervo do arquiteto Sylvio Sawaya) e atual (foto dos autores), limite de onde se pode acessar sem salvo-conduto das facções que hoje dominam o bairro.



POR UMA ANTROPOLOGIA COMO PROCESSO DE ESCUTA E PRODUÇÃO DO URBANO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA VIVIDA POR SEUS HABITANTES

Em seu livro *Contro l'urbanistica*, o antropólogo italiano Franco La Cecla, ao examinar o fenômeno da resistência urbana, como uma espécie de exercício cívico de contraposição ao poder do Estado, assinala que uma das maneiras mais eficazes de resistir às formas de exclusão dos cidadãos e à invisibilidade de suas reivindicações perante o poder público dá-se nas formas de habitar os lugares. Nesses termos, sustenta que conferir um caráter de permanência ao uso dos espaços públicos já consiste numa transgressão, pois caracteriza uma utilização anômala, pelo simples fato de se contrapor ao habitual trânsito febril ou o corriqueiro deslocamento funcional.

O habitar que extrapola a vida cotidiana no espaço privado, portanto, ao se apropriar do espaço público, passa a configurar por si só uma forma de resistência política. E apenas essa condição de exceção, por menor que possa parecer, pode ser considerada suficiente para operar uma importante transformação política. Nessa perspectiva, tem papel fundamental o estudo das múltiplas formas de participação dos modos participativos horizontais e multifacetados, movidos seja por ação direta e espontânea de moradores, seja por ações de movimentos sociais, que agem em relação dialética às instituições estatais, desafiando os limites do planejamento tradicional.

Segundo La Cecla, é necessário reformular a disciplina do urbanismo, na medida em que no imaginário dos urbanistas de modo geral persiste uma cidade vazia e gestada pela paranoia de um urbanismo que se ocupa exclusivamente de separar, controlar, fechar. Ao mesmo tempo em que seus procedimentos priorizam a captação da realidade social por meio de cálculos, porcentagens, tabelas e mapas, do mesmo modo que privilegiam medidas de caráter prescritivo, permanecem limitados por parâmetros numéricos e diretrizes genéricas, distanciando-se das reflexões e experiências das ciências humanas. Escapam-lhe, assim, os movimentos reais, as motivações que os envolvem, aquilo que as pessoas vivem, pensam e sentem acerca da cidade. Se não entendem as lógicas de pertencimento aos lugares, se não compreendem os componentes vividos de cidadania a cada nível, dos mais pobres às classes médias, aos ricos urbanos, suas estratégias continuam anacronicamente prisioneiras de uma visão obsoleta, não aferram o que acontece no tecido vivo do território e, portanto, não se mostram aptas a oferecer respostas às reivindicações locais, aderentes ao espírito da cidade comum.

O autor reconhece, contudo, um perfil de urbanistas, sociólogos e antropólogos capaz de vislumbrar as “grandes cidades” e até mesmo os “não-lugares”, locais absolutos do anonimato, como as melhores condições para se manifestar um modo político. Nesse sentido, intercede por um urbanismo que supere os procedimentos tradicionais vinculados a um tecnicismo míope, indiferente ou inabilitado à compreensão daquilo que acontece nos meandros das cidades.

Entre os habitantes da cidade, sejam os da periferia, sejam os da pequena burguesia ou das classes médias, todos invariavelmente têm noção de que a cidade é um recurso irrenunciável, tendo no desfrute cotidiano dos seus espaços, privados ou públicos, a possibilidade concreta de melhorar as próprias condições de vida.

Figuras 18 e 19: Pau Miúdo, Avenida Marquês de Maricá: a ocupação da calçada com tendas de comércio informal transforma o espaço normalmente dedicado à circulação em espaço de troca e permanência. Fotos dos autores.



Diante desse quadro, afirma La Cecla, que a antropologia pode representar um instrumento essencial para a compreensão da experiência vivida do urbano, assinalando o foco e a contribuição desse campo específico:

“É esta dimensão, aquela da experiência vivida que eu defini como “mente local”, um entrelaçamento de vivido e de lugares em recíproca construção cotidiana de identidade. A antropologia pode ajudar a disciplina do urbanismo a renovar-se, mas antes é necessário que esta inútil disciplina venha radicalmente colocada por terra para ser reorganizada. O problema é que a disciplina continua a ser lugar de privilégios, movimenta-se com demasiado prazer nos palácios do poder, sejam esses tiranetes ou organizações internacionais. Até quando o urbanismo assemelhar-se a uma disciplina de *policies* para as cidades, até quando tiver um caráter prescritivo, será impossível que assuma ouvidos e olhos novos e que seja uma disciplina de escuta das cidades”. (LA CECLA, 2014, p.14. Tradução dos autores)

Um antropólogo, esclarece La Cecla, quando se refere à experiência do vivido em uma cidade, não tece um juízo moral. Ao contrário, deve despir-se de preconceitos, para efetivamente experimentar o compartilhamento do cotidiano, deve abandonar a ‘*extraordinariedade*’ própria do olhar estrangeiro, buscando incorporar os hábitos, os tempos do dia e da noite, os ritmos e os movimentos do corpo.

“Os corpos são modelados pelas cidades em que vivem, pelas escadas ou superfícies planas, pelas descidas e subidas, pelos gramados e pela poeira. Não sei se isso é antropologia, é seguramente parte da experiência de estranhamento e de deslocamento em direção ao mundo dos outros, é seguramente parte da tentação magnífica de fazer de conta que se é outro. A antropologia é uma forma de conhecimento pelo travestir-se; como diz Tim Ingold, ‘*a antropologia é a filosofia que tem a coragem de viver fora*’” (LA CECLA, 2014, p.18. Tradução dos autores).

Para La Cecla, há nesse retorno do corpo ao espaço público, na tentativa de se integrar em um ambiente cultural, uma retomada de algo que parecia em via de extinção, ou mesmo extinto para sempre, com base numa espécie de oscilação entre a admiração e o temor pelo espaço virtual e pelas formas de comunicação digital.

O autor aponta o quanto se mostra oportuno recuperar o sentido da cultura urbana como proposto por Lewis Mumford, enquanto experimento humano de compartilhamento que produziu arte, comércio e artesanato, indivíduos reunidos em associações constituídas por interesses comuns. Uma cultura das cidades que se refletiu numa relação primária entre espaços e pessoas, casas e armazéns, esquinas e perspectivas, comerciantes e lavadeiras, igrejas, arcadas e campanários. Explica que mesmo com a aceleração da revolução industrial, esse território cuja existência deveu-se à reunião de pessoas com interesses comuns foi sempre essencial às relações sociais.

Uma crise das cidades se esboçou com a destruição provocada pelas guerras, acentuando-se com a revolução conservadora do automóvel individual. Nos dias atuais, as cidades tornaram-se o lugar onde se multiplica a riqueza, ao mesmo tempo em que prolifera a pobreza, traduzindo uma bipolaridade entre as lógicas da condição global, impostas do exterior, e uma identidade própria que lhe é peculiar.

Embora essas contradições mais do que nunca estejam presentes no dia-a-dia do espaço urbano, há também novas potências criativas mobilizadas pelas ações de resistência, por experiências autênticas de luta, pela sobrevivência dos cidadãos num território inóspito. A comunhão entre os significados de existência e resistência produz o retorno do corpo ao palco urbano, com seus movimentos, seus ritmos, com suas exigências, suas rotinas, suas recusas e desejos, suas capacidades de construir relações. E com o corpo presente na cidade, concretiza-se uma forma de produção de sociedade constituída pela vida cotidiana dos centros urbanos. É nesse contexto que a antropologia pode dar uma genuína contribuição ao urbanismo. A produção da sociedade, de 'formas de vida', de relações entre pessoas faz a cidade de modo muito mais vigoroso do que qualquer pretensão regulatória. Se não se aprende a compreender esse tipo de produção (consciente e inconsciente), o urbanismo tende a perder significado e importância.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomar o levantamento dos anos 1980 do bairro do Pau Miúdo – um território periférico da cidade de Salvador –, realizado sob a coordenação de Sylvio Sawaya, a uma distância de quase trinta anos, foi possível reconhecer o desafio enfrentado pela equipe naquele momento de incorporar a compreensão da realidade da área, transferindo-a ao ato de projetar.

Nesse processo de revisitação foram recuperados conceitos e procedimentos que orientaram aquele estudo, aproximando-os, por um lado, à compreensão de autores profissionais que já tinham trabalhado em propostas de reurbanização de favelas no Rio de Janeiro, como Carlos Nelson nos anos 1970, seguido por Sérgio Magalhães; por outro, a autores, como Rykwert, que se dedicam à reflexão sobre a cidade contemporânea,

especialmente aos questionamentos das “cidades racionalmente planejadas e projetadas”, segundo os pioneiros do urbanismo moderno.

Essa análise estabelece conexões com a discussão acerca das práticas participativas e das cartografias sociais, tendentes a se afirmar diante dos impasses representados pelos tradicionais mecanismos de elaboração e implementação de planos e políticas públicas. Ações periféricas nascidas do embate com uma realidade de carências, voltadas à apropriação e produção do espaço urbano, representam uma alternativa possível ao modelo de planejamento excludente. Mapear colaborativamente uma área, por sua vez, permite ao cidadão situar-se como protagonista da produção do espaço em que vive. Nesse sentido, a periferia mostra-se como um campo aberto à experimentação em conexão com as comunidades, com suas próprias visões de mundo, valores e costumes.

A proposição do antropólogo italiano, Franco La Cecla, confirma essa posição de superação dos procedimentos prescritivos do urbanismo para dar lugar a uma compreensão antropológica da experiência vivida do urbano, em ressonância com a dimensão cotidiana. Só vivendo os lugares, compartilhando espaços e hábitos, aprendendo os ritmos dos passos, os gestos, será possível ampliar os limites do campo disciplinar do urbanismo.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri; COLI, Luis R. *Disputas territoriais e disputas cartográficas*. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.
- BARCELOS, Eduardo. *Entrevista concedida ao Coletivo Raízes em Movimento em 2012*. Disponível em: <<http://www.raizesemmovimento.org.br/vamos-desenrolar-a-cartografia-social/>>. Acesso em: março de 2018.
- BOLLNOW, O. F. *Lived Space*. In: Nathaniel Lawrence & Daniel O'Connor (Eds.), *Readings in Existential Phenomenology*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1967, p. 178-186.
- CRAMPTON, Jeremy W. KRYGIER, John. *Uma introdução à cartografia crítica*. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.
- DARDOT, Pierre ; LAVAL, Christian. *Comum. Ensaio para a Revolução no Século XXI*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016
- EKERMAN, S. K. *Lelé: arquitetura, urbanismo e engenharia na reestruturação de bairros populares*. La Plata: Arquicur Revista 12, ano 7, 2017
DOI: <https://doi.org/10.14409/ar.v7i12>
- GOUVÊA, José Paulo Neves. *Cidade do mapa. A produção do espaço de São Paulo através de suas representações cartográficas*. Dissertação de mestrado. FAU USP. São Paulo, 2010.

KASTRUP, Virginia e BARROS, Regina Benevides. *Movimentos-Funções do dispositivo na prática da cartografia*. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

LA CECLA, Franco. *Contro l'urbanistica*. Turim: Einaudi, 2014.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução urbana*. Belo Horizonte: editora da UFMG, 2002.

_____. *Metafilosofia: Prolegômenos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

MAGALHÃES, Sérgio. *Sobre a Cidade: Habitação e Democracia no Rio de Janeiro*. São Paulo: PRO Editores, 2002

MARICATO, Ermínia. *Metrópole, legislação e desigualdade*. Estudos Avançados. 17. (2003) 10.1590/S0103-40142003000200013.

RYKWERT, Joseph. *A sedução do lugar: a história e o futuro da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.